

OPINIÃO

Estado precisa sintonizar-se com a manufatura avançada

Fernando Valente Pimentel (*)

Necessidade de reavaliação permanente dos programas realizados com dinheiro público

O Banco Mundial, em seu novíssimo relatório "Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil", dá números, forma e dimensão precisa a algo que todos nós sabemos há muito tempo: o Estado, em nosso país, gasta mais do que arrecada e aplica o dinheiro de maneira pouco eficaz. Esta síntese explica em grande parte o porquê de estarmos perdendo tantas posições no contexto econômico e comercial internacional e as dificuldades enfrentadas há tanto tempo pelos setores produtivos.

Louve-se o fato de o governo ter encomendado o estudo ao Banco Mundial, ainda no período em que a pasta da Fazenda era ocupada por Joaquim Levy, no contexto de um esforço voltado a sanar o déficit fiscal e corrigir as distorções relativas à Previdência, gastos com o custeio e salários, burocracia e emperramento da máquina pública.

Em meio a todas essas questões, há um aspecto importante a ser enfatizado, que se pode inferir no trabalho do banco: a necessidade de reavaliação permanente dos programas realizados com dinheiro público, para medir sua eficiência. É o princípio do orçamento anual de base zero, que permite nortear de modo mais eficaz a aplicação dos recursos públicos.

A análise é interessante e pertinente, pois evidencia um problema sério do Brasil: o Estado e o governo não caminham no mesmo ritmo e frequência das empresas. Neste momento, por exemplo, no qual a indústria já busca inserir-se no contexto da manufatura avançada, o setor público segue, com as exceções de praxe, em ritmo analógico, a despeito de várias iniciativas e ações lançadas no sentido de destravar o País e equilibrar as contas públicas.

O descompasso entre o público e o privado reflete-se, sim, na redução da competitividade de nossos setores produtivos, em especial a indústria. Eficácia empresarial depende de linhas adequadas de financiamento, juros acessíveis, normas duradouras e claras e não voláteis, políticas públicas de infraestrutura, segurança,

saúde e logística, sistema tributário justo e descomplicado, segurança jurídica, condições inerentes ao papel do Estado nas nações democráticas, que é o de servir à sociedade.

Em todos esses indicadores, o Brasil está defasado em relação às principais economias e até mesmo às emergentes. A verdade é que o mundo civilizado avança no nivelamento e sintonização do Estado na frequência de eficácia e dinamismo na qual vibram as empresas. Por isso, é premente que o governo e o setor público brasileiros também ingressem na era da chamada indústria 4.0.

Tal avanço é fundamental para que nossa manufatura e todos os setores produtivos consolidem esse decisivo processo de transformação e possam recuperar sua competitividade sistêmica, ganhando novos espaços e mercados no cenário da globalização.

Não se pode simplesmente culpar as indústrias nacionais, como às vezes se observa, por serem "menos competitivas" do que suas congêneres de outros países que apresentam melhores ambientes de negócios. Sem exageros e reconhecendo que todos os dias temos de fazer mais e melhor com menos recursos, nossa manufatura, intramuros, tem todas as condições de competir no mercado mundial.

Entretanto, no ambiente externo às suas instalações, há numerosas dificuldades tributárias, jurídicas, legais, burocráticas e de infraestrutura a serem solucionadas.

Tomara que o estudo do Banco Mundial, embora redundante em relação a tantos outros já realizados por entidades de classe, economistas e instituições acadêmicas de reconhecida competência, possa desencadear um saudável processo de sintonia do Estado com a iniciativa privada. Isso será decisivo para que o Brasil seja protagonista e não um mero polo passivo no contexto das nações e dos negócios mundiais, criando assim melhores padrões de vida para a população.

No advento das grandes mudanças tecnológicas, nas quais a manufatura avançada é um dos destaques, não poderemos ficar para trás devido a uma sintonia insuficiente entre o setor público em sua abrangência maior e o setor privado.

(*) - É presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT).

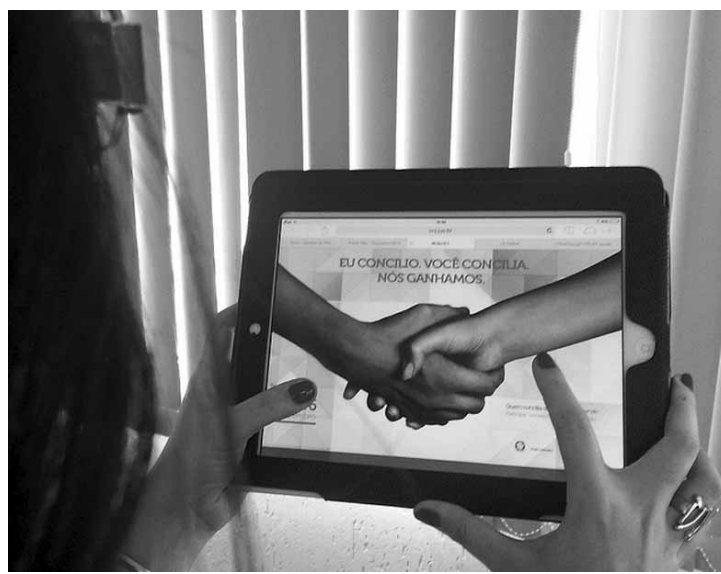
Cartórios poderão oferecer serviço de mediação e conciliação judicial

Os cartórios de todo o País poderão oferecer o serviço de mediação e conciliação judicial, antes exclusivos dos Tribunais de Justiça

De acordo com o Provimento 67, de março de 2018 da Corregedoria Nacional de Justiça, o objetivo é ampliar a oferta de métodos consensuais de solução de conflitos utilizando a capilaridade dos cartórios de todo o País.

Para oferecer o serviço, os cartórios terão que solicitar nas corregedorias de justiça locais a autorização específica e deverão capacitar, a cada dois anos, os funcionários que atuarão como mediadores. A mediação é uma conversa/negociação intermediada por alguém imparcial que favorece e organiza a comunicação entre os envolvidos em um conflito.

De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), o mediador auxilia os interessados na compreensão das questões e dos interesses em conflito, de modo que possam, por si



Provimento 67, da Corregedoria Nacional de Justiça, dá poderes aos cartórios para operar com métodos consensuais de solução de conflitos.

próprios, mediante o restabelecimento da comunicação, identificar soluções consensuais com benefícios mútuos. A entrada em vigor do serviço

depende de aprovação de Lei local que institua a cobrança do novo serviço.

De acordo com as regras determinadas pela Correge-

doria Nacional, cada cartório atuará dentro da sua área de expertise e sob regulamentação e supervisão dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) da jurisdição e das corregedorias-gerais de justiça (CGJ) dos Estados.

Os acordos firmados serão inseridos pelos cartórios em um sistema eletrônico dos Nupemec, que por sua vez fornecerão os dados para a Corregedoria Nacional. As informações estatísticas sobre o volume de acordos firmados e cartórios que mais mediam acordos estarão disponíveis na página eletrônica do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para consulta pública. Conheça aqui como funcionam a mediação e conciliação e quais os tipos de conflito podem ser resolvidos por esse procedimento (Ag. CNJ de Notícias).

Alvaro Dias volta a defender execução da prisão a partir de condenação em 2ª instância

O senador Alvaro Dias (Pode-PR) defendeu que a execução da pena de prisão a partir da condenação em 2ª instância é uma jurisprudência consagrada, e caso o STF a altere isto significará um grave retrocesso para a sociedade brasileira. O senador lembrou que entre os presos nesta condição hoje estão "grandes barões da corrupção, pedófilos, assassinos e traficantes", e que soltá-los será "um duro golpe contra a cidadania".

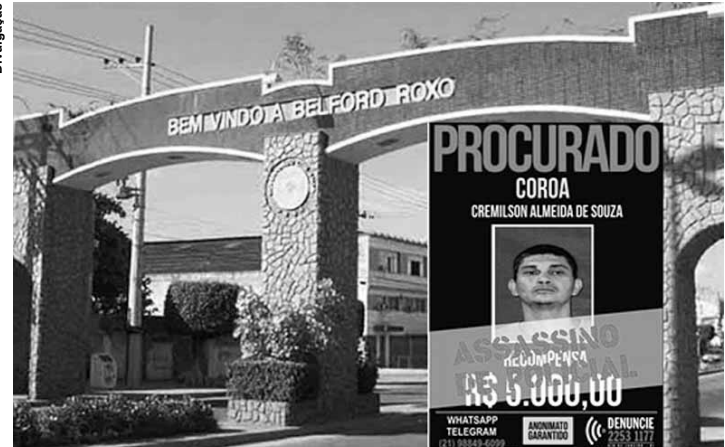
"Isto seria o Estado Democrático de Direito, ou uma encenação? Num Estado democrático, as leis governam os homens. Aqui quem fazer uma inversão, que os homens do STF governem as leis", criticou. Dias reforçou que a jurisprudência poderá ser modificada a partir do julgamento de um habeas corpus (HC) movido pela defesa do ex-presidente Lula, cuja conclusão deverá se dar em sessão marcada para o dia 4 de abril.

O senador qualificou como "infeliz decisão", "voto suspeito" e "revoltante" o acatamento preliminar do HC na semana passada. Finalizou argumentando que as caravanas do ex-presidente pelo país são feitas para "afrontar a Justiça", pois os "brasileiros decentes" não o reconhecem como um pré-candidato à presidência da República (Ag. Senado).

Traficantes mandavam matar quem mantinha ligações com policiais

O Ministério Público do Estado do Rio denunciou quatro traficantes de Belford Roxo, na Baixada Fluminense, por homicídio e tentativa de homicídio qualificados. A quadrilha mandava assassinar as vítimas porque elas mantinham ligações com policiais, "ainda que só de amizade". Sob a liderança de Cremilson Almeida de Souza, conhecido como Coroa, os criminosos mataram a tiros Wellington Figueira, conhecido como Pezão. "A vítima foi alvo do crime em razão de ter passado parte da tarde em um bar bebendo com um amigo policial", diz a nota.

Há ordem expressa de Coroa para que os traficantes matem todos os policiais, militares e pessoas que tenham alguma relação com os policiais na região do Vale do Ipê, em Belford Roxo. O traficante divulgou lista de pessoas a serem mortas por este motivo. No mesmo dia em que mataram Wellington, os denunciados tentaram matar Osiel de Paula Resende que teria relação com policiais. A vítima estava na porta de casa



Homicídios praticados em decorrência da rivalidade entre traficantes, policiais e desavenças.

quando um dos bandidos desembarcou de um carro e atirou diversas vezes. O homem entrou em luta corporal com o agressor. Depois, os denunciados fugiram.

Além de Cremilson, o Ministério Público denunciou ainda Wallace Feliz Lima, vulgo Lace; Julio Augusto Conceição Barros da Silva, vulgo Pará; e Marcelo Fernandes Silva, conhecido como Jebe. A liderança de Coroa está estabelecida pelo menos desde 2016, com homicídios praticados em decorrência da rivalidade entre traficantes, policiais e desavenças.

Foi na região dominada por ele que o policial militar Daniel dos Santos e Silva foi morto, em maio de 2017, após entrar na comunidade Parque Roseiral atrás de um balão em queda.

"Ele entrou na comunidade por equívoco junto com um grupo de amigos e, ao ser abordado por integrantes do tráfico, foi reconhecido como policial e baleado ao tentar fugir", sustenta o MP, acrescentando que as investigações foram realizadas pela Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense (ABR).

Sob comoção nacional, Rússia enterra vítimas de incêndio

Os primeiros velórios das 64 pessoas que morreram em um incêndio ocorrido em um shopping na Rússia foram realizados ontem (28). Em homenagem as vítimas, as bandeiras russas foram hasteadas a meio mastro. Além disso, a televisão estatal e programas de rádio interromperam suas programações para prestar um minuto de silêncio.

Entre outras demonstrações de solidariedade, os eventos culturais e de entretenimento que seriam realizados ontem (28) pelo país foram cancelados. Os velórios aconteceram em diversas partes da cidade de Kemerovo, no sudoeste da Sibéria, e reuniram multidões. O incêndio que atingiu o shopping center de Kemerovo aconteceu no domingo (25), e segundo os investigadores, a principal



Tragédia em shopping matou 64 pessoas, dentre elas 41 crianças.

hipótese que causou o fogo foi um curto circuito elétrico.

Já o presidente da Rússia, Vladimir Putin, afirmou que o incidente pode ter sido iniciado por uma pessoa que ateou fogo

acidentalmente ou deliberadamente. O caso provocou várias reações entre os cidadãos, que protagonizaram diversos atos para exigir a renúncia das autoridades locais (ANSA).

Misterioso sumiço de físico italiano completa 80 anos

O desaparecimento do físico italiano Ettore Majorana completou 80 anos na última terça-feira (27). Com genialidade comparada à de Galileu Galilei e Isaac Newton, Majorana sumiu misteriosamente em 27 de março de 1938, partindo de Nápoles para Palermo. Acredita-se que ele tenha ficado alguns dias na cidade, por sugestão de amigos que achavam que ele precisava de descanso.

Poucos dias depois, teria escrito uma carta ao napolitano Antonio Carrelli, em que pedia que sua família "não ficasse de luto" por ele. Até hoje, contudo, desconhece-se o que aconteceu com o cientista. As hipóteses vão de suicídio e assassinato até a de uma internação em um mosteiro. No entanto, de acordo com investigações da Procuradoria de Roma, Majorana teria se exilado na cidade de Valência, na Venezuela, e passado o resto de sua vida na América do Sul. Um dos indícios é uma foto de 1955 que mostra um homem muito semelhante a ele ao lado de outro imigrante italiano, Francesco Fasani.

A Procuradoria também apontou que, possivelmente, Majorana fugiu por medo de ser peço



Acredita-se que Ettore Majorana tenha fugido de regime fascista.

por conta de suas descobertas nucleares, que aconteceram na época da ascensão ao poder dos regimes nazifascistas, como o de Benito Mussolini. O físico foi quem introduziu o conceito que hoje é chamado de "férmions de Majorana" - uma partícula que também seria uma antipartícula -, utilizado em diversas invenções e descobertas científicas, como o supercondutor topológico (ANSA).